



Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 708/2023 – CPMI8

Brasília, 3 de outubro de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
Coronel José Américo de Souza Gaia
Diretor da Força Nacional de Segurança Pública

Assunto: **Reitera solicitação de informações – Requerimentos nº 180 e 350/2023-CPMI8**

Senhor Coronel,

Na condição de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1/2023, destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023 nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal c/c art. 151 Regimento Comum do Congresso Nacional, art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 2º da Lei nº 1.579/1952, **encaminho** a Vossa Senhoria o **Ofício nº 9/2023 - GDDRAMAGEM**, para conhecimento e providências.

Atenciosamente,

Deputado **ARTHUR OLIVEIRA MAIA**
Presidente da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro (RQN 1/2023)



Ofício nº 9/2023 - GDDRAMAGEM

Brasília, 03 de outubro de 2023.

AO EXMO. SR.

Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA

Presidente da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro

Exmo. Sr. Presidente,

Conforme amplamente noticiado, a Força Nacional de Segurança Pública, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, produziu um relatório de inteligência, **o qual foi entregue ao diretor daquele órgão, à Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça e à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal**, alertando, com bastante antecedência, para a violência no dia 8 de janeiro. Eis o teor da recente matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, dando conta da existência do documento¹:

“Um relatório de inteligência produzido pela Força Nacional de Segurança Pública em 5 de janeiro alertou sobre a possibilidade de atos violentos em Brasília contra o resultado das eleições por parte de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).

O documento afirmou que havia preparativos em curso para um atentado contra as instituições no dia 8 de janeiro (inclusive com o uso de armas de fogo e explosivos artesanais) e sugeriu a

¹ https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/forca-nacional-alertou-para-violencia-no-81-em-relatorio-mantido-em-sigilo-pelo-governo.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo



existência de uma 'associação extremista criminosa com motivações político-ideológicas'.

O relatório listou uma série de mensagens trocadas em um grupo de WhatsApp com 237 integrantes chamado 'Rifas tiro e pesca', e concluiu: "Alguns membros mais exaltados podem vir a concretizar o que planejam e manifestam em suas postagens".

"No grupo em discussão, percebemos vários diálogos onde integrantes instigam os demais a participarem de um ato que ocorrerá em Brasília no próximo dia 08 de janeiro do corrente ano, não de forma pacífica, mas com o uso de violência mediante a utilização de armas de fogo, bem como explosivos artesanais", disse o texto.

[...].

"No informe apresentado, em sua grande maioria, os membros do grupo mostram insatisfação com a nova Administração Federal e com as medidas tomadas recentemente, que mudaram as regras de posse e porte de armas em todo o território nacional", afirmou o relatório.

"Por esse motivo, alguns membros supostamente fizeram postagens que mencionam fazer a fabricação e uso de explosivos em manifestações que estão sendo planejadas, segundo os mesmos, para acontecer em Brasília", concluiu.

A existência do relatório de inteligência da Força Nacional é conhecida desde janeiro, mas, desde então, diferentes autoridades questionadas pela Folha afirmaram desconhecer o teor do documento.

A CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal pediu cópia do relatório no início das investigações, sem sucesso. Em maio, a Folha solicitou a íntegra via LAI (Lei de Acesso à Informação), mas



a Força Nacional respondeu que o documento estava sob sigilo e negou o acesso.

A lista de destinatários do documento indicou que uma cópia foi entregue ao diretor da Força Nacional de Segurança Pública e à Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, mas não citou nomes.

Questionado, o ministério afirmou que quem respondia pelos órgãos na data, respectivamente, eram os delegados Ivair Matos Santos e Tomás de Almeida Viana.

[...].

Até o final do governo Bolsonaro, a Força Nacional estava sob o comando do coronel José Américo Gaia, hoje secretário de Segurança Pública do Acre. Ele foi exonerado em 2 de janeiro. O diretor atual, Fernando Alencar Medeiros, só foi nomeado no dia 9, após os atentados golpistas.

Já a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, àquela altura, estava sendo transformada em Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência. [...].

Em nota, o Ministério da Justiça afirmou que não é possível saber o que foi feito a partir do relatório. A pasta disse que o documento foi entregue à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a quem compete o policiamento da Esplanada dos Ministérios.

[...].

Em um memorando de 25 de janeiro, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal também afirmou ter recebido do próprio Ministério da Justiça o documento da Força Nacional. A secretaria disse que esse foi o único relatório de inteligência anterior ao dia 8."



Em 13/06/2023, esta CPMI aprovou, à unanimidade, os Requerimentos nº 180/2023 (Dep. Delegado Ramagem) e nº 350/2023 (Dep. Pr. Marco Feliciano), os quais solicitavam:

“[...] o envio informações sobre os comunicados (documentos, informações e informes) emitidos, recebidos ou replicados, no período de 2/1/2023 a 9/1/2023, com o objetivo de alertar ou acautelar autoridades e entes públicos sobre os riscos envolvendo os atos ocorridos no último dia 8 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, direcionado aos seguintes órgãos: (i) Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); (ii) Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República; (iii) Centro de Inteligência do Exército (CIE); (iv) Centro de Inteligência da Marinha (CIM); (v) Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa (AID/MD); (vi) Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DINT/SEOPI); (vii) Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública; (viii) Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); (ix) Polícia Federal (PF); (x) Polícia Rodoviária Federal (PRF); e (xi) FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP), sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública.”

Na sequência, em 14/6/2023, a CPMI encaminhou os Ofícios nº 57/2023 ao nº 65/2023 para os diversos órgãos citados, “para atendimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.”

Não obstante, somente em 30/6/2023, ou seja, quando já extrapolado o prazo concedido, a Força Nacional de Segurança Pública encaminhou resposta genérica e evasiva negando acesso aos relatórios de inteligência, sob os seguintes argumentos (Pasta DOC 126):

“No que diz respeito à relatórios de inteligência, registre-se que os mesmos se encontram em inquéritos policiais em curso no Supremo Tribunal Federal, de relatoria do eminente Ministro Alexandre de Moraes,



tramitando em caráter sigiloso, consoante a dicção do Art. 20 do Código de Processo Penal, (Decreto-Lei nº 3.689/1941) e, portanto, SMJ, competindo àquele juízo autorizar o seu compartilhamento.

Tal entendimento tem sido manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, de que é exemplo decisão da eminente Ministra Rosa Weber que tem recusado compartilhamento de provas em processos em que há diligências em curso, mesmo em casos em que não há sigilo (Ofício nº 824/PRESI/2023, de 22.6.2023, acerca dos requerimentos desta CPMI-8 de janeiro, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218 e 219/2023)."

Senhor Presidente, temos presenciado, atônitos, a postura obstrutiva adotada pelo Ministério da Justiça - órgão ao qual se vincula a Força Nacional - em relação aos relevantíssimos trabalhos desta CPMI.

Nesse sentido, podemos citar o recente caso das imagens internas e externas da sede do mencionado Ministério, as quais nunca foram entregues a este Colegiado, apesar de requisição formal feita pela CPMI e de decisão proferida pelo STF determinando o compartilhamento do material.

É importante registrar que, semelhantemente ao que vivenciamos no episódio das imagens, **o Supremo Tribunal Federal nunca negou à esta CPMI o acesso aos informes, aos alertas ou aos relatórios produzidos ou replicados por órgãos de inteligência**, caso contrário não teríamos recebido, sem qualquer objeção, documentos da ABIN, da SSP/DF etc.

A negativa da Força Nacional, além de não encontrar amparo na legislação e em nenhuma decisão do Supremo Tribunal Federal, **despreza os poderes investigativos constitucionais próprios das autoridades judiciais atribuídos às CPIs**, que lhes permitem requisitar informações e documentos sigilosos, ouvir testemunhas, além de convocar depoimentos (art. 58, § 3º da Constituição Federal).



Observe-se que a resposta da Força Nacional, **de tão vaga e etérea**, não informa sequer quais seriam os processos ou inquéritos do STF para os quais supostamente encaminhou o mencionado relatório de inteligência.

O descompromisso e o retardo intencional se assemelham muito com a conduta adotada pelo Ministério da Justiça no mencionado caso das imagens do Palácio da Justiça, quando o Ministro Chefe da Pasta, Sr. Flávio Dino, antes de afirmar sorratamente que *“as mídias se perderam”*, tentou enganar este Colegiado afirmando que as imagens não poderiam ser compartilhadas porque estariam acobertadas por suposto sigilo em inquéritos que corriam junto à Suprema Corte, justificativa absurda que foi rechaçada de plano pelo Próprio STF, ao determinar o envio do acervo à CPMI.

No caso, é intuitivo reconhecer que o compartilhamento solicitado por meio dos Requerimentos nº 180/2023 (Dep. Delegado Ramagem) e nº 350/2023 (Dep. Pr. Marco Feliciano) não pode ser negado a esta CPMI, por se tratar de **documentos cujos objetos se encontram totalmente exauridos, na medida em que versam fatos consumados, sobre os quais não subsiste qualquer sigilo necessário à preservação da segurança do Estado.**

Em outras palavras, eventuais informações sobre os riscos de atentados às sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro não podem mais ser consideradas sigilosas, pois a violência já se concretizou. Sobre o tema, Mario Sergio Sobrinho, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, observa que o Segredo do Estado:

“[...] é uma modalidade de segredo relacionado à segurança do Estado, estando protegido pelo sigilo imposto aos funcionários públicos e pessoas que dele conhecerem em virtude de cargo ou função, sob o enfoque restrito dos fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil e da manutenção do Estado Democrático de Direito, não podendo ter sua conceituação alargada, para abranger assuntos ou fatos não relacionados com a proteção de interesses dessa magnitude” (SOBRINHO, Mario Sérgio. Segredo de Estado e Prova Ilícita. In: *Justitia*. São Paulo. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc



[publicacao divulgacao/doc_gra_dout_crim/crime%2042.pdf](#). (Acesso em: 27/09/2023).

Apesar de não agregarem maior valor à segurança dos prédios públicos, os documentos requeridos se afiguram **extremamente importantes para a apuração em curso neste Parlamento**.

De acordo com o Requerimento de instauração da CPMI (Req. nº 1/2023), a presente investigação não objetiva aferir somente as condutas comissivas praticadas no dia 8 de janeiro, mas, entre outros, saber quem se omitiu, quando por força legal deveria ter agido.

Assim, **os informes, os alertas e os relatórios de inteligência surgem como peças imprescindíveis aos trabalhos desta Comissão parlamentar de Inquérito**, pois trarão uma compreensão ampla dos acontecimentos que antecederam o dia 8 de janeiro, permitindo uma avaliação clara das omissões porventura ocorridas, entre outros.

O cenário vivenciado — envolvendo desde o episódio do suposto sumiço das imagens do MJ (fato que reforça uma clara tentativa de algumas autoridades de tornar escassos os elementos probatórios e obstruir a investigação) até a negativa injustificada em atender a diligência requerida por esta CPMI — **reforça uma proeminência ainda maior dos elementos de inteligência solicitados**, demandando o indispensável e minucioso cotejo dados requeridos com as provas testemunhais e documentais já produzidas.

A sensibilidade e o histórico das questões fáticas e jurídicas trazidas, a altíssima relevância dos documentos solicitados e a reiterada postura de atrapalhar os trabalhos desta CPMI **são pontos que tornam imperiosa e urgente a realização de diligências para o fiel cumprimento das requisições encaminhadas, de modo a coibir novos desacatos e ataques ao Congresso Nacional**.

No ponto, cumpre registrar a desnecessidade de que o pedido seja submetido à nova deliberação por parte do Colegiado, pois se trata de mera



reiteração de requisição já aprovada, porém, ainda não cumprida em sua integralidade.

Nesse contexto, requer à Presidência que:

- (I) Seja **renovada** a requisição para que Força Nacional/MJ encaminhe cópias de todos os comunicados (documentos, informações e informes) emitidos, recebidos ou replicados, no período de 2/1/2023 a 9/1/2023, com o objetivo de alertar ou acautelar autoridades e entes públicos sobre os riscos envolvendo os atos ocorridos no último dia 8 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, **alertando os destinatários sobre as penalidades decorrentes do novo descumprimento**; ou
- (II) Em caso de nova negativa por parte da Força Nacional/MJ, seja: (a) **formalizado** o contado com o Supremo Tribunal Federal para que aquela Corte encaminhe a referida documentação, ou determine o seu envio, à esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; e (b) **instaurado** o procedimento junto às instâncias competentes para apurar a conduta dos agentes e autoridades responsáveis pelo descumprimento da requisição.

Cordialmente,

DELEGADO RAMAGEM
Deputado Federal
PL-RJ